Processo nº 128/2007

Data: 26.04.2007

(Autos de recurso penal)

Assuntos : Liberdade condicional.

Pressupostos.

SUMÁRIO

A liberdade condicional não é uma medida de concessão automática, sendo (antes) de conceder caso a caso, dependendo não só da verificação do pressuposto formal do cumprimento de dois terços da pena imposta, mas também da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo ainda constituir matéria de ponderação, a defesa da ordem jurídica e da paz social.

O relator,

José M. Dias Azedo

Processo nº 128/2007

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. A, com os restantes sinais dos autos, veio recorrer da decisão proferida pelo Mmº Juiz de Instrução Criminal que lhe negou a concessão de liberdade condicional.

Motivou para, a final, concluir que verificados estão todos os pressupostos legais do artº 56º do C.P.M. para que lhe fosse concedida a pretendida liberdade condicional, imputando assim à decisão recorrida a violação do referido preceito legal; (cfr., fls. 390 a 397).

*

Após Resposta e Parecer do Ministério Público no sentido da improcedência do recurso por nenhuma censura merecer a decisão recorrida (cfr., fls. 402 a 410 a 445), vieram os autos à conferência .

*

Nada obstando, passa-se a decidir.

Fundamentação

Dos factos

2. Flui dos autos a seguinte factualidade com interesse para a decisão a proferir:

- por acórdão datado de 12.06.2002 proferido no PCC-015-02-4, foi A, ora recorrente, condenado na pena única e global de 8 anos de prisão, em resultado do cúmulo jurídico das penas

parcelares que lhe foram impostas pela prática de 3 crimes de “sequestro”, 1 de “extorsão” e outro de “falsificação de documento de especial valor”;

- o mesmo recorrente deu entrada no E.P.M. como preventivamente preso em 10.07.1999, e, atingiu os dois terços da pena em 09.11.2004, vindo a cumprir totalmente a dita pena em 09.07.2007;
- foi disciplinamente punido em 27.07.2001, 12.05.2005 e 01.12.2006, tendo obtido a nota de “Regular” na avaliação global do seu comportamento efectuada em 05.12.2006;
- em caso de vir a ser libertado, irá regressar a Hong-Kong, de onde é natural;
- tem actualmente 44 anos de idade, e era primário, (antes da condenação cuja pena agora cumpre).

Do direito

3. Lidas as alegações e conclusões pelo ora recorrente apresentadas, conclui-se (como atrás se consignou) que considera o recorrente que a decisão em causa padece de violação ao artº 56º do CPM, pois que é de opinião que preenchidos estão os pressupostos aí previstos para a sua libertação antecipada.

Assim sendo, vejamos.

Preceitua o referido artº 56º do C.P.M. (onde se prevem os pressupostos da liberdade condicional) que:

“1. O tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade condicional quando se encontrarem cumpridos dois terços da pena e no mínimo 6 meses, se:

- a) For fundamente de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes; e
- b) A libertação se revelar compatível com a defesa da ordem

jurídica e da paz social.

2. A liberdade condicional tem duração igual ao tempo de prisão que falte cumprir, mas nunca superior a 5 anos.

3. A aplicação da liberdade condicional depende do consentimento do condenado"; (sub. nosso).

Constituem, assim, “pressupostos objectivos” ou “formais”, a condenação em pena de prisão superior a seis (6) meses e o cumprimento de dois terços da pena, num mínimo de (também) seis (6) meses; (cfr. nº 1).

“In casu”, atenta a (medida da) pena única em que foi condenado o ora recorrente – 8 anos de prisão – e visto que se encontra ininterruptamente preso desde 10.07.1999, tendo já “expiado” mais que dois terços de tal pena, preenchidos estão os ditos pressupostos.

Todavia, e como é sabido, tal “circunstancialismo” não basta, já que não sendo a liberdade condicional uma medida de concessão automática, impõe-se para a sua concessão, a verificação cumulativa de outros

pressupostos de natureza “materal”: os previstos nas alíneas a) e b) do nº 1 do referido artº 56º.

Na verdade, e na esteira do decidido nesta Instância, a liberdade condicional “é de conceder caso a caso, dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também constituir óbviamente matéria de ponderação, a defesa da ordem jurídica e da paz social”; (cfr., v.g., os Acs. deste T.S.I. de 31.01.2002, Proc. nº 6/2002 e de 18.04.2002, Proc. nº 53/2002).

Na situação dos presentes autos, após expiados dois terços da pena em que foi o recorrente con*denado, e na decisão em que ao mesmo se negou a liberdade condicional, considerou-se, face aos elementos constantes nos autos, em especial, as três punições disciplinares de que foi alvo, que não era possível “prever que o condenado cumpriria normas sociais, sem cometer novos crimes”.

Igual opinião tem o Exmº Procurador-Adjunto que, no mesmo sentido e destacando as punições disciplinares que o recorrente sofreu,

considera que “não é possível, realmente, formular um juízo de prognose favorável sobre o comportamento futuro do recorrente em liberdade”.

Por nós, não se deixa de salientar também que as mencionadas três punições disciplinares, (a última, bem recente, em 01.12.2006), em nada abonam a favor do recorrente, tornando pois manifestamente inviável o necessário “juízo de prognose favorável”.

De qualquer forma, (e mesmo que assim não fosse de entender, o que não cremos), há que ter em conta que pelo Tribunal “a quo” foi ainda considerado que “a libertação antecipada do recorrente, também não é aceite pela sociedade”.

E, ponderando sobre o tipo e natureza dos crimes pelo recorrente cometidos, em especial, nos três crimes de “sequestro”, cremos que também aqui se está perante um “obstáculo” que impede que se considere que a sua libertação seja compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

Assim, face ao exposto, e tendo presente o teor da decisão ora recorrida, não nos parece que a mesma mereça censura, pois que, inviável

é um juízo de prognose favorável sobre o comportamento futuro do recorrente em liberdade, sendo também que, atenta a natureza dos crimes cometidos, da mesma forma não é de se considerar que seja a sua libertação compatível com a defesa da ordem jurídica e paz social.

Decisão

4. Nos termos que se deixam expostos, em conferência, acordam negar provimento ao recurso.

Custas pelo recorrente com 4 UCs de taxa de justiça.

Ao Ilustre Defensor, fixa-se, a título de honorários, o montante de MOP\$1.000.00.

Macau, aos 26 de Abril de 2007

José M. Dias Azedo

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong